

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas,

A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, os quais foram elaborados em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2018, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 13.625 mil, correspondente a R\$ 1,07 por ação. A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch ("Conglomerado"). Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 17,36%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(em milhares de Reais)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
Circulante	521.414	1.048.798	Circulante	288.963	843.628
Disponibilidades	183	239	Outras obrigações	288.963	843.628
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	246.220	213.700	Sociais e estatutárias (Nota 8)	6.930	6.071
Aplicações em depósitos interfinanceiros	246.220	213.700	Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	16.531	18.749
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	15.635	21.249	Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	248.840	802.159
Carteira própria	-	13.623	Diversas (Nota 10)	16.662	16.649
Vinculados à prestação de garantia	15.635	7.626	Exigível a longo prazo	13.827	13.233
Outros créditos	259.297	813.531	Outras obrigações	13.827	13.157
Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	252.103	805.118	Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	13.729	13.157
Rendas a receber	2	-	Diversas (Nota 10)	98	76
Diversos (Nota 7)	7.192	8.413	Patrimônio líquido	241.751	214.823
Outros valores e bens	79	79	Capital:	110.535	100.000
Despesas antecipadas	79	79	De domiciliados no exterior	110.535	100.000
Realizável a longo prazo	23.127	22.886	Reservas de lucros	131.216	114.823
Outros créditos	23.018	22.839			
Diversos (Nota 7)	23.018	22.839			
Outros valores e bens	109	47			
Despesas antecipadas	109	47			
TOTAL	544.541	1.071.684	TOTAL	544.541	1.071.684

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros				
	Capital	Aumento de capital	Reserva para incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Especiais	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.000	-	413	20.000	52.614	19.322	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	17.607
Alocação dos dividendos mínimos obrigatórios de 2016 não distribuídos (Nota 11)	-	-	-	-	4.867	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	100.000	-	413	20.000	57.481	19.322	17.607
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	10.535	413	21.721	76.135	19.322	228.126
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	13.625
Aumento de capital (Nota 11)	10.535	(10.535)	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	110.535	-	413	21.721	76.135	19.322	13.625

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

As suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de entidades que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Corretora foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas principalmente na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

- (a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (e) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (f) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (g) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (i) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- (k) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pelo Comitê de Auditoria, em 27 de agosto de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3.2. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.5. As operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.6. A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites e contribuição social de 20%. A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

3.7. A Corretora adota o procedimento de reconhecer os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações no período foi contabilizado em contrapartida da despesa/receita com imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos baseados em estudo feito pela administração considerando a expectativa futura de sua realização.

3.8. De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para negociação", considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.9. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, conforme descrito abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de seus consultores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou processo administrativo, com uma provável saída

de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias", representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

3.10. Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

3.11. Transações envolvendo pagamento baseado em ações
Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgadas pela NYSE e convertidos para Reais. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

3.12. Benefícios a empregados
Tratam-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que a Corretora contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período. Benefícios pós-emprego: aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida e assistência saúde pós-emprego.

A Corretora avalia como plano de benefício definido seus benefícios pós-emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remunerações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

A Corretora determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Corretora considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 10.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" são representadas da seguinte forma:

	2018		2017	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Ligadas	246.261	246.220	213.782	213.700
Total	246.261	246.220	213.782	213.700
Circulante	246.220	246.220	213.700	213.700

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O custo amortizado e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os seguintes:

(a) Total da carteira por categoria

(a.1) Carteira própria

	2018		2017	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Títulos públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	13.118	13.111
Títulos privados				
Ações de Companhias Abertas	-	-	491	512
Total	-	-	13.609	13.623

(a.2) Vinculados à prestação de garantias

	2018		2017	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Títulos públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	7.629	7.626
Títulos privados				
Fundo de Investimento - FILCB	15.000	15.635	-	-
Total	15.000	15.635	7.629	7.626

(b) Total da carteira por vencimento

	2018		2017	
	Sem vencimento	Acima de 365 dias	Total	Total
Fundo de Investimento - FILCB	15.635	-	15.635	-
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-
Total	15.635	-	15.635	-
	Sem vencimento	Acima de 365 dias	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	20.737	20.737	-
Ações de Companhias Abertas	512	-	512	-
Total	512	20.737	21.249	-

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(em milhares de Reais)

	2018	2017
Receitas da intermediação financeira (Nota 13)	7.326	11.942
Resultado com títulos e valores mobiliários	7.326	11.942
Resultado bruto da intermediação financeira	7.326	11.942
Outras receitas/(despesas) operacionais	18.841	20.066
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	80.823	79.828
Despesas de pessoal (Nota 15)	(16.943)	(14.938)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(36.872)	(35.940)
Despesas tributárias (Nota 17)	(8.180)	(8.303)
Outras receitas operacionais	327	607
Outras despesas operacionais	(314)	(1.188)
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	26.167	32.008
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7)	(12.542)	(14.401)
Provisão para imposto de renda	(5.267)	(6.729)
Provisão para contribuição social	(3.893)	(5.393)
Ativo fiscal diferido	(3.406)	(2.279)
Lucro líquido do semestre	13.625	17.607
Quantidade de ações 12.756.775		
Lucro líquido por ação - R\$	1,07	1,38

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa provenientes/ (utilizados) nas atividades operacionais	1.310	38.403
Lucro líquido do semestre ajustado	16.752	20.072
Lucro líquido do semestre	13.625	17.607
Ajustes ao lucro líquido:		
Créditos tributários (Nota 7b)	3.406	2.279
Provisões atuariais (Nota 10)	11	76
Obrigações fiscais diferidas (Nota 7d)	(207)	266
Atualização depósitos judiciais (Nota 7)	(327)	(607)
Provisão de contingências e obrigações legais (Nota 12)	244	451
Varição de ativos e passivos	(15.442)	18.331
Redução/(Aumento) dos títulos e valores mobiliários	(304)	24.001
(Aumento) de outros créditos	(140.973)	(160.843)
Redução de outros valores e bens	39	39
Impostos de renda e contribuição social pagos	(10.079)	(11.533)
Aumento de outras obrigações	135.875	166.667
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.310	38.403
No início do semestre	245.093	175.536
No fim do semestre (Nota 19.2)	246.403	213.939
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.310	38.403
Transações não monetárias	-	4.867
Dividendos convertidos em Reservas (Nota 11)	-	4.867

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(c) Total da carteira por classificação

	2018	2017
Custo amortizado		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(valores expressos em milhares de Reais)

(b) Movimentação dos créditos tributários no semestre

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ			
	Dezembro/17	Realização	Constituição	Junho/18
Contingências fiscais	3.371	-	61	3.432
Outras provisões (1)	3.660	(3.900)	2.577	2.337
Total	7.031	(3.900)	2.638	5.769

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ			
	Dezembro/16	Realização	Constituição	Junho/17
Contingências fiscais	3.182	(39)	145	3.288
Outras provisões (1)	3.417	(4.371)	2.998	2.044
Total	6.599	(4.410)	3.143	5.332

	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL			
	Dezembro/17	Realização	Constituição	Junho/18
Contingências fiscais	2.726	(762)	50	2.014
Outras provisões (1)	2.833	(3.121)	1.689	1.401
Total	5.559	(3.883)	1.739	3.415

	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL			
	Dezembro/16	Realização	Constituição	Junho/17
Contingências fiscais	2.481	-	90	2.571
Outras provisões (1)	2.733	(3.497)	2.395	1.631
Total	5.214	(3.497)	2.485	4.202

(1) Compostas, substancialmente, por outras obrigações sociais e estatutárias (Nota 8).

(c) Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 30 de junho de 2018 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2019	3.699	3.477
2020	5.485	4.845
Total	9.184	8.322

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

(d) Obrigações fiscais diferidas

	Dezembro/17	Realização	Constituição	Junho/18
Juros sobre depósitos judiciais	(3.042)	338	(131)	(2.835)
Total (Nota 9)	(3.042)	338	(131)	(2.835)

	Dezembro/16	Realização	Constituição	Junho/17
Marcação a mercado	(11)	25	(18)	(4)
Juros sobre depósitos judiciais	(2.571)	-	(273)	(2.844)
Total (Nota 9)	(2.582)	25	(291)	(2.848)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	2018	2017
Programa de participação nos resultados	5.556	4.688
Outras obrigações sociais e estatutárias	14	14
Programa de participação nos resultados baseada em ações (1)	1.360	1.369
Total	6.930	6.071
Circulante	6.930	6.071

(1) Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE. Em 30 de junho de 2018 e de 2017, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível. Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2018 ou 2017.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Provisões para impostos e contribuições sobre o lucro	9.344	11.856
Provisão para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 12b)	13.729	13.157
Impostos e contribuições a recolher	4.352	4.045
Obrigações fiscais diferidas (Nota 7d)	2.835	2.848
Total	30.260	31.906
Circulante	16.531	18.749
Exigível a longo prazo	13.729	13.157

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2018	2017
Valores a pagar sociedades ligadas (1)	15.562	15.438
Provisão para pagamentos a efetuar	1.100	1.211
Passivos atuariais (2)	98	76
Total	16.760	16.725
Circulante	16.662	16.649
Exigível a longo prazo	98	76

(1) O saldo de "valores a pagar sociedades ligadas" decorre substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais com o Banco, que tem como contrapartida no resultado "Outras despesas administrativas";

(2) Benefícios pós emprego: Os valores reconhecidos no resultado do período foram de R\$ 11 e seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos:

I - Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

i. Critério para apuração dos Ativos - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.

ii. Taxa para desconto da obrigação atuarial - Inflação + 5,65% a.a. = 9,88% a.a. iii. Taxa anual de inflação de longo prazo - 4,00% a.a.

iv. Crescimento dos custos médicos - Inflação + 3,00% a.a. = 7,12% a.a.

v. Crescimento dos custos médicos por envelhecimento - 3,00% a.a.

vi. Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados - 100%

vii. Tábua de mortalidade geral - AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo. A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

viii. Rotatividade - Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora, elegíveis aos benefícios pós emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

ix. Idade na data de aposentadoria - 60 anos de idade.

x. Método atuarial - Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos à seguir:

- **Risco de inflação:** Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- **Expectativa de vida:** Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	Passivo atuarial
Saldo em 31 de dezembro de 2017	87
Obrigações de benefício definido	11
Saldo em 30 de junho de 2018	98

IV - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado
- Redução de 0,5%	15 Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	(13) Reversão do passivo e da despesa

O impacto, pela alteração da premissa taxa de custos médicos em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado
- Redução de 0,5%	(13) Reversão do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	16 Aumento do passivo e da despesa

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2017, a Administração deliberou a destinação dos R\$ 4.867 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 2016 para a conta "reservas de lucros - estatutária" destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo a necessidade, para a realização da distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da Corretora no valor de R\$ 10.535 mediante a capitalização dos Juros sobre Capital Próprio do exercício de 2017, após a retenção dos impostos retidos na fonte, declarados aos acionistas naquela data. Este ato foi homologado junto ao Banco Central do Brasil no primeiro semestre de 2018.

12. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências como segue:

(a) **Ativos contingentes:** não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) **Provisões constituídas:**

Composição dos saldos patrimoniais

	2018	2017
Depósitos judiciais (1) (Nota 7)	17.533	16.960
Provisões para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 9)	13.729	13.157

(1) Os "depósitos judiciais em garantia" vinculados aos processos tributários são decorrentes de exigências legais para a interposição de recursos relativos às discussões existentes. Dentre os principais depósitos, destacamos os efetuados para garantia das teses de: (i) PIS e Cofins Lei 9.718/98 - R\$ 17.443 (R\$ 16.675 em 2017); e (ii) outros - R\$ 90 (R\$ 90 em 2017).

Movimentação dos saldos patrimoniais

	2018	2017
Saldo inicial	13.485	12.706
Constituições	244	451
Saldo final	13.729	13.157

Com base na evolução das questões judiciais em discussão, a Corretora reconheceu atualização monetária sobre os depósitos judiciais e a respectiva atualização das obrigações legais e outros passivos contingentes. Durante o primeiro semestre de 2018 foram reconhecidos R\$ 327 em "outras receitas operacionais" referentes à atualização dos depósitos judiciais e R\$ 244 em "outras despesas operacionais" referentes à atualização das obrigações legais.

(b.1) Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(b.1.1) Obrigações legais

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Com base em estimativas realizadas pelos advogados externos, a finalização da causa está prevista para ocorrer até dezembro de 2019. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(b.1.2) Passivos contingentes

A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 72.676 (R\$ 59.258 em 2017) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmaturalização da B3, no valor de R\$ 36.034 (R\$ 34.123 em 2017); e (ii) PIS e COFINS sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 36.642 (R\$ 25.135 em 2017). Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

13. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 18b)	7.210	10.288
Rendas de títulos e valores mobiliários	486	1.745
Perdas líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários	(370)	(76)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	(15)
Total	7.326	11.942

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2018	2017
Receitas de corretagens	80.823	79.828
Total	80.823	79.828

Referem-se às receitas de corretagens na intermediação de operações nas bolsas de valores mobiliários e de futuros.

15. DESPESA DE PESSOAL

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2018	2017
Remuneração direta	(11.991)	(10.423)
Custos previdenciários	(4.127)	(3.497)
Benefícios	(805)	(996)
Outras despesas de pessoal	(20)	(22)
Total	(16.943)	(14.938)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2018	2017
Despesas de infraestrutura e serviços (1)	(33.035)	(31.487)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(2.066)	(2.870)
Tecnologia e sistemas	(537)	(417)
Despesas com serviços técnicos prestados por terceiros	(371)	(358)
Despesas de viagem	(264)	(288)
Publicidade e publicações	(116)	(106)
Outras despesas administrativas	(483)	(414)
Total	(36.872)	(35.940)

(1) Rateio de despesas administrativas junto ao Banco.

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2018	2017
Impostos sobre Serviços - ISS	(4.041)	(3.991)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.541)	(3.675)
Programas de Integração Social - PIS	(575)	(597)
Outras despesas tributárias	(23)	(40)
Total	(8.180)	(8.303)

18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Saldos do final do semestre mantidos em balanço junto às Partes Relacionadas não Controladoras

Tipo de operação	Vencimento	Taxa a.a.	2018	2017
Ativos				
Disponibilidades			183	239
Aplicações interfinanceiras de liquidez	02/07/2018	6,39%	246.220	
	03/07/2017	10,14%		213.700
Negociação e intermediação de valores	04/07/2018		123.246	
	05/07/2017			159.935
Total ativos			369.649	373.874
Passivos				
Negociação e intermediação de valores	04/07/2018		(243.461)	
	05/07/2017			(174.259)
Valores a pagar sociedades ligadas			(15.563)	(15.439)
Total passivos			(259.024)	(189.698)

(b) Saldos do final dos exercícios apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às Partes Relacionadas não Controladoras

Tipo de operação	2018	2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 13)	7.210	10.288
Receitas de prestação de serviços	16.088	11.498
Outras despesas administrativas	(33.515)	(31.581)

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Participação nos lucros e gratificações	18.485	15.803
Encargos e multa rescisória	12.960	15.030
Plano de benefícios de longo prazo	13.601	14.442
Salários e benefícios	6.627	7.324
Previdência privada	570	450
Total	52.243	53.049

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes

assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- Avaliação sobre os registros de eventos de risco operacional na instituição.
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos da instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das auditorias, internas e independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou

com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3